



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, E
CONTABILIDADE - FEAAC
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**ANALISAR A PERCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA OS ALUNO DO
8º SEMESTRE NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA UFC.**

ALUNA: DANIELE ROCHA LAGE REZENDE
ORIENTADORA: PROF.^a DANIELLE AUGUSTO PERES

FORTALEZA

2014

DANIELE ROCHA LAGE REZENDE**ANALISAR A PERCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA OS ALUNO DO 8º SEMESTRE NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA UFC.**

Artigo apresentado ao Curso de Ciências Contábeis do Departamento de Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Contabilidade. Orientadora: Prof.^a Danielle Augusto Peres

Aprovado em: __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Danielle Augusto Peres (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a. Vera Maria Rodrigues Ponte
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a. Liliane Maria Ramalho Castro
Universidade Federal do Ceará (UFC)

ANALISAR A PERCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA OS ALUNO DO 8º SEMESTRE NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA UFC.

AUTORA: DANIELE ROCHA LAGE REZENDE

ORIENTADORA: DANIELLE AUGUSTO PERES

RESUMO

A questão da Educação Financeira no Brasil é um tema relativamente novo para a população brasileira, começou-se a pensar e estudar com mais realidade este assunto com a implantação do Plano Real, o que significa 20 anos de relativa estabilidade econômica. Período este, que parte da população habituou-se a colocar em prática conceitos antes difíceis de se aplicar. Dessa forma, esse artigo tem o objetivo de verificar a aplicabilidade dos conhecimentos de finanças pessoais na vida dos alunos e se há influência o fato de terem cursado as disciplinas afins da Grade curricular do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará.

O referencial teórico deste artigo passa por temas como Educação Financeira, Planejamento Financeiro, Planejamento Financeiro Individual, Investimento, Endividamento e Grade Curricular. Verifica-se os diferentes perfis entre a população e os alunos o que tem sido discutido sobre o tema educação financeira e educação formal. Depois o confronto desta teoria com a análise de resultado de um questionário que foi aplicado na (UFC), com os alunos do oitavo semestre do curso de Ciências Contábeis. Assim, 80% dos alunos pesquisados fazem algum tipo de investimento, percentual este bem superior aos atuais das famílias brasileiras.

Palavras-chave: Educação Financeira, Planejamento Financeiro Pessoal, Grade Curricular.

ABSTRACT

The issue of financial education in Brazil is a relatively new issue for the Brazilian population, because people started to think and study more reality, this issue with the introduction of the Real Plan, which means 20 years of relative economic stability. This period which the population becomes used to put into practice before difficult concepts to apply. Thus this article aims to investigate the influence that the disciplines, the curriculum Grid Accounting Course, Federal University of Ceará (UFC), have applicability in knowledge of personal finance in the lives of students.

The theoretical framework of this article goes through topics like Financial Education, Financial Planning, Personal Financial Planning, Debt and Curriculum to check that the different profiles between the population and the students that have been discussed on the topic financial education and formal education. After the confrontation of this theory to the analysis of results of a questionnaire that was applied to the (UFC), with students of the eighth semester of Accounting. Thus we find that 80 % of students surveyed do some kind of investment, well above the current percentage of Brazilian families.

Key words: Financial Education, Personal Financial Planning, Curriculum.

1 INTRODUÇÃO

Com o mundo altamente conectado de hoje, a globalização da economia e dos mercados, exige profissionais cada vez mais completos, tanto nas suas vidas pessoais como profissionais, exigindo uma nova postura de gerenciamento financeiro para suas vidas. Assim a estabilidade econômica vivenciada desde 1994, pela população brasileira, facilitou a elaboração de planejamentos financeiros de longo e médio prazo.

A importância em aplicar esta pesquisa junto aos futuros profissionais é a constatação que um profissional endividado tem desempenho e humor afetados, comprometendo sua produtividade e colocando em jogo a imagem da empresa, ao passo que uma boa gestão pessoal evita a desmotivação e o gasto de tempo com a administração de dívidas não programadas. Um cidadão endividado pode apresentar alguns distúrbios, os mais comuns são: insônia, irritação, desconcentração, baixa autoestima, pessimismo, cansaço, falta ao trabalho, desmotivação, enfraquecimento moral, e desespero (INSTITUTO AKATU, 2006, p. 46). E nesse sentido, diversas instituições e empresas se unem para despertar na sociedade a consciência de que o único caminho para resolver esse problema é a educação financeira.

O tema abordado neste artigo também amplia conhecimento sobre finanças pessoais, pois mesmo este estando tão presente no cotidiano da população, ainda é um problema para considerável percentual da população brasileira. Assim a importância de um plano orçamentário familiar, abrange desde a elaboração e manutenção de um sistema de controle de receitas e despesas, do planejamento das compras até a escolha das formas de pagamento. Estas atitudes são responsáveis por proporcionar um melhor entendimento das finanças domésticas, e possibilitar que ocorra à organização dos membros do grupo familiar com o objetivo de reunirem esforços para a manutenção das contas domésticas no campo positivo, longe do endividamento excessivo e ainda com capacidade de geração de poupança futura.

É consenso no mundo acadêmico que a contabilidade é a ciência que tem por objetivo o controle do patrimônio (GUERRA, 2010; SÁ, 1998; KANITZ; IUDÍCIBUS & MARTINS, 2010), tanto ao patrimônio de uma empresa, pessoa jurídica, como ao patrimônio individual de uma pessoa física. Entende-se que onde existir patrimônio pode e deve haver contabilidade, e que ensinar a um cidadão a controlar seus gastos é ensinar a esta pessoa a fazer sua contabilidade.

A partir dessa informações o artigo vai responder: alunos de Ciências Contábeis da (UFC) utilizam os conceitos de organização e planejamento empresarial em suas finanças pessoais? Utilizou-se um questionário para estes alunos do oitavo semestre com intuito de investigar a relação entre planejamento e organização financeira *versus* o grau de endividamento individual do corpo discente deste curso. Também analisar como estes alunos estão pensando os seus investimentos. As disciplinas da Grade Curricular ofertada pelo curso oferecem conhecimento de Educação Financeira para os seus alunos, assim teremos real percepção da diferença entre o perfil financeiro desses alunos com os das famílias brasileiras em geral.

Em termos de objetivos específicos o artigo vai analisar o nível de conhecimento sobre finanças pessoais, o grau de endividamento e de investimento, verificar a influência acadêmica nas decisões financeiras individuais em relação ao perfil dos alunos de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará. O objetivo também será identificar a utilização dos conceitos empresariais por estes em suas vidas financeiras, visando o aprofundamento do conceito de finanças pessoais.

Para atingimento desses objetivos utilizamos neste artigo o método de pesquisa exploratório, com aplicação de questionário para os alunos, através de metodologia dedutivo.

Já que o aprofundamento deste assunto é pouco explorado, a considerar esta busca, do que se oferta na grade curricular da (UFC) para os seus alunos e o que realmente agrega na vida financeira individual dos mesmo, através da análise do resultado da pesquisa que mostra a aplicabilidade dos conceitos de finanças empresariais nas finanças pessoais desses indivíduos.

O artigo justifica-se pela inserção do tema no meio acadêmico, tendo em vista a constatação da literatura dos frágeis fundamentos sobre o tema da população em geral, reforçada pelos dados obtidos com a presente pesquisa. Pois, a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico, 2012, a educação financeira vai além do oferecimento de informações e de conselhos; é um processo pelo qual os indivíduos melhoram a sua compreensão sobre os produtos financeiros, seus conceitos e riscos, de maneira que com informação e recomendação claras, possam desenvolver as habilidades e a confiança necessárias para tomarem decisões fundamentadas e com segurança, melhorando o seu bem-estar financeiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A questão da educação do cidadão é discutida há tempos e, segundo Salmi e Scott-Kennel (2012), acompanhar o crescimento do país requer esforços, na mesma medida, para oferecer educação adequada e de qualidade para todo indivíduo. No Brasil essa também é uma verdade por isso o grande desafio é propor um sistema de educação que promova conhecimento para entender questões chave que ocorrem em função do crescimento e do incremento social e econômico.

Conforme relata Smith (2012), a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) criou o *Financial Education Project* para estudar a educação em finanças pessoais e propõem ações em seus países membros desde 2004. Como resultado este projeto trouxe em novembro de 2005 um relatório – *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies*, onde consta as políticas que estes países membros adotam para instruir a população sobre os conceitos de crédito, investimento, e instrumento de seguro, o que demonstra uma preocupação com a população jovem. Por educação financeira entende-se:

O processo pelo qual o consumidor financeiro/investidor melhora seu entendimento dos produtos financeiros e dos conceitos, por meio de informação, de instrução e de aconselhamento, com o objetivo de desenvolver as habilidades e a confiança, para se tornar mais consciente dos riscos financeiros e fazer escolhas bem informadas, para saber aonde ir para obter ajuda, e realizar outras ações efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro. (LUSARDI e MITCHELL, 2007, p. 36).

As pessoas não são educadas para pensar na administração de seus gastos; elas compram de maneira não planejada e parecem não refletir sobre seu contexto financeiro e os impactos futuros (SILVA, 2004). Foi constatado que o planejamento financeiro pessoal é um conjunto de instrumentos e técnicas que possibilita a pessoa decidir onde, como e quando alocar os seus recursos. Apesar de aparentemente simples o conceito é de suma importância para o conhecimento e aplicabilidade na vida das famílias.

O entendimento de como o consumidor pensa e age no consumo de produtos e serviços fez com que várias teorias desenvolvidas nesse processo de decisão de compra. Um dos mais importantes foi o modelo EBM, constituído de sete etapas, são elas: reconhecimento da necessidade, busca de informações, avaliação de alternativas pré-compra, compra, consumo, avaliação pós-consumo e descarte (ENGEL; BLACKWELL; MINIARD, 2005). Mas é na primeira etapa do processo de decisão, que o consumidor deve refletir da sua real necessidade, o quanto aquele produto ou serviço a ser adquirido será importante e como está seu orçamento pessoal ou familiar para comprá-lo e honrar seu pagamento.

Segundo Hill (2009), a habilidade que os indivíduos apresentam de fazer escolhas adequadas ao administrar suas finanças pessoais durante o ciclo de sua vida, é educação financeira. Observa-se, portanto, que o Brasil passa por mudanças em sua estrutura social nos últimos anos. O brasileiro, embora esteja ganhando mais, prolongue seu tempo de estudo, ele não tem controlado suas dívidas. A taxa de inadimplência tem aumentado constantemente desde 2005. De acordo com Alves (2007, p.15), “o problema das pessoas surge na falta de educação financeira, tendo como base a falta de planejamento”.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC), não obriga o ensino de educação financeira no sistema, apesar de hoje ser orientação da OCDE que este estudo seja inserido como conteúdo obrigatório já nas escolas secundárias, assim objetiva preparar os jovens para a vida adulta. Concluiu o estudo da OCDE, com Savoia *et al* (2006) que os países que assim o fazem proporcionam que a educação financeira seja crescimento pessoal e além de ser uma poderosa ferramenta para estimular a poupança pessoal. Assim afirma o secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, durante o lançamento do relatório em Paris.

O ensino de conceitos de educação financeira no ciclo básico poderia dar ferramentas para cidadãos enfrentarem questões do dia a dia e também turbulências econômicas. Cada vez mais cedo as pessoas são responsáveis pelo seu próprio dinheiro e isso afeta, mais do que nunca, os riscos para o futuro financeiro pessoal e das nações. (ABRIL, 2014)

Mesmo que as taxa de analfabetismo e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Brasil tenha melhorado entre os anos de 2005 à 2011 com base no documento: TODOS PELA EDUCAÇÃO de 2014, percebe-se que no cenário de globalização e acesso à informação, produtos e serviços do mundo todo, a educação financeira pode ser uma aliada para o consumidor, mas ainda não está presente no cotidiano do brasileiro.

No entanto o acesso à educação financeira permitiria às famílias brasileiras controlar e planejar melhor sua renda. Estabelecer metas, prioridades e planejar permitem uma administração consciente das receitas. Controlar o orçamento doméstico é um caso de controle financeiro pessoal. A educação financeira tem fundamental importância na formação de indivíduos consumidores conscientes de suas finanças, além de proporcionar melhoria na qualidade de vida e crescimento econômico sólido.

A pesquisa junto aos estudantes do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará (UFC), busca identificar a aplicabilidade de organização e planejamento empresarial dos alunos em suas finanças pessoais. Assim analisaremos o modelo de escolha ao longo do tempo considera que as pessoas tomam decisões diárias tendo em vista a opção entre consumir e poupar, consumir no presente ou poupar para o futuro.

2.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Planejamento financeiro é uma forma de equilíbrio na vida financeira, pois a sua ausência é um fator determinante para o endividamento. Para Halfeld, 2008, p. 21, poupar é a primeira batalha, investir corretamente, fazendo o seu dinheiro crescer é a segunda.

Conforme Zadnowcz (2000), planejamento significa traçar metas, elaborar planos direcionados a peculiaridades do projeto que se almeja pôr em prática. Já as finanças são um método de administração dos recursos disponíveis, encaixando-se no meio empresarial ou particular, discutindo a distribuição e aplicação dos recursos, seja ele um salário de específica pessoa ou faturamento de uma organização. Ao juntar os dois conceitos entende-se que o planejamento financeiro é o ato de estabelecer o modo pelo qual os objetivos financeiros podem ser alcançados.

Segundo Gitman (2010, p. 589), o planejamento financeiro “é um aspecto importante para o funcionamento e sustentação da empresa, pois fornece roteiros para dirigir, coordenar e controlar suas ações na consecução de seus objetivos”, estabelecendo o modo pelo qual os objetivos financeiros podem ser alcançados. O plano financeiro é, portanto, uma declaração do que deve ser feito no futuro.

2.2.1 Planejamento Financeiro Pessoal

De acordo com Santos (2010), o planejamento financeiro é organizar as receitas e despesas de modo a permitir, uma vida financeira com reservas para os imprevistos e sistematicamente construir um patrimônio, seja ele financeiro ou imobiliário, que garanta fontes de renda suficientes para propiciar uma vida tranquila e confortável.

Assim, Santos (2010) também afirma, que ter um orçamento escrito e formalmente organizado é uma condição necessária para se ter um planejamento financeiro satisfatório. Muitas pessoas chegam a elaborar um orçamento, mas desistem ao verificar que ele não funciona a contento. Um bom planejamento financeiro pessoal começa pela criação de um orçamento pessoal confiável, o que significa previsões com um satisfatório grau de precisão.

Um orçamento pessoal é semelhante a um orçamento empresarial. Segundo Martins (2004), podendo ser definido como ato de estimar a renda familiar, definir metas de resultado e fixar despesas. Onde também conceitua ativo como sendo bens e direitos que se tem; passivo são as dívidas e as obrigações; fluxo é o movimento de entrada e saída de alguma coisa em determinado período.

Segundo Ross, Westerfield e Jordan (2013), A diferença entre o total do ativo e total do passivo é o Patrimônio Líquido (PL), este reflete o fato de que, se a pessoa vendesse/resgatasse seus ativos e utilizasse o dinheiro para pagar todas as suas dívidas, o valor residual pertenceria ao indivíduo. Assim o balanço equilibra se como na equação: $\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Patrimônio Líquido}$ ou $\text{PL} = \text{Ativo} - \text{Passivo}$. Conforme para Hendriksen e Van Breda (2007), os ativos são, “na sua essência, reservas de benefícios futuros”, passivo são “sacrifícios futuros de benefícios econômicos resultantes de obrigações presentes” e o patrimônio líquido “não pode ser definido independentemente de ativos e passivos. Numa formulação mais geral, representa a diferença entre os recursos e as obrigações da entidade.”

Tanto para as organizações como para os indivíduos a visualização das receitas e despesas resultando no valor poupado ou não é o fluxo de caixa, o estudo desse é fundamental para elaboração do planejamento financeiro. “As pessoas enfrentam dificuldades financeiras por não controlar seu fluxo de caixa.” (ROSS, WESTERFIELD e JORDAN 2013, p. 158). O planejamento do fluxo de caixa tem sua importância na indicação antecipada da necessidade de numerário para os compromissos assumidos ou previstos, considerando assim os prazos.

2.2.2 Investimento

Investimento é um processo inacabado começando com duas vertentes o tempo e a incerteza, ou seja investir depende da tomada de decisão de investir hoje, para se obter resultados futuros incertos, afirma Martins (2004).

A década de 50 trouxe a criação do Decreto-Lei nº 7.293, de 1945, iniciou-se a solidificação do que hoje conhecemos como o Sistema Financeiro Nacional (SFN). Onde este consiste em um conjunto de instrumentos e instituições que funcionam como meio para realização da intermediação financeira. Aproximando os agentes econômicos com situação orçamentária superavitária, que precisam de alternativas para aplicar seus excedentes de recursos, dos agentes com situação deficitária, ou seja, que precisam de recursos para atender as suas necessidades de consumo e investimentos. Segundo Silva (2013 p.17), o SFN

proporciona esta situação de troca entre os agentes ao mesmo tempo em que estimulam a elevação das taxas de consumo e de investimentos, daí, maior produção e maior demanda.

Para exemplificar os depósitos à vista já, os depósitos ao prazo fixo que são os certificados de depósitos bancários (CDB) e os recibos de depósitos bancários (RDB) e as cadernetas de poupanças, são as formas mais comuns e antigas de captação de recursos. São investimentos que tem como risco o de crédito da instituição, para isso foi criado em 2009 o depósito com garantia especial (DPGE) do fundo garantidor de crédito (FGC) que protege atualmente, até o limite de R\$ 250 mil.

Como operações passivas teremos também as letras financeiras (LF), cédulas de debêntures (CD), letras de câmbio (LC), letras hipotecárias (LH), letras de crédito imobiliário (LCI), letras imobiliárias (LI), títulos de crédito, cada uma com suas peculiaridades assim adequando a necessidade das instituições, governo e a dos clientes.

A Caderneta de Poupança é conceituada segundo Fortuna (2013 p. 303), “[...] aplicações mais simples e tradicional, senão a única, em que se pode aplicar pequenas somas e ter liquidez, apesar da perda de rentabilidade para saques fora da data de aniversário da aplicação.”. Sendo está a modalidade mais tradicional de investimento no Brasil. Com origem desde o final do século XIX, quando o então Imperador Dom Pedro II por intermédio do Decreto 2.723, de 12 de janeiro de 1861, autorizou a criação de uma Caixa Econômica, atualmente Caixa Econômica Federal, que tinha como: “[...] receber a juro de 6%, as pequenas economias das classes menos abastadas, e de assegurar, sob garantia do Governo Imperial, a fiel restituição do que pertencer a cada contribuinte, quando este o reclamar [...]”.

Atualmente, a remuneração da poupança sofreu algumas alterações que foi estabelecida pela Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012, focaremos na alteração do artigo 12 da Lei 8.177, de 1º de março de 1991, que foi a conversão da Medida Provisória (MP) nº 567:

I - a remuneração básica, dada pela Taxa Referencial (TR), calculada conforme metodologia definida pelo Conselho Monetário Nacional (art. 7º da Lei nº 8.660, de 28 de maio de 1993), e

II - a remuneração adicional, por juros de (art. 1º da Lei 12.703, 7 de agosto de 2012):

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, for superior a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento); ou

b) 70% (setenta por cento) da meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento, nos demais casos.

As aplicações efetuadas antes da entrada em vigor da alteração introduzida pela MP nº 567, de 2012, permanece a regra da remuneração anterior. Assim não afeta as aplicações realizadas na Poupança até 4 de maio de 2012.

Segundo Fortuna (2013) outras modalidades de investimento são: as Debêntures que são títulos de longo prazo emitidas por empresas de capital aberto; os Títulos Públicos Federais e tesouro direto que são títulos emitidos pelo governo por meio da Secretaria do Tesouro Nacional; Derivativos que tem sua origem no valor de outro ativo; Fundos de investimentos que é definido como um condomínio fechado, uma aplicação em conjunto, que apesar de todos terem o direito de resgatar suas cotas nem todos o realizam ao mesmo tempo, podem ser de renda fixa ou de renda variáveis. As previdências que são fundos de investimento orientados para a aposentaria dos seus investidores, teremos o PGBL (Plano Gerador de Benefício Livres) e o VGBL (Vida Gerador de Benefício Livres) a depender do perfil, objetivo e ou necessidade do investidor.

São muitas as modalidades de investimento, o importante, conforme Halfeld (2008), é que as pessoas devem assumir compromissos individuais, assim ao gerir suas finanças pessoais pode-se melhorar física e emocionalmente suas vidas, tanto no ambiente pessoal como no profissional.

2.2.3 Inadimplência

Segundo Silva (2004) a ausência de planejamento financeiro é um fator determinante para o endividamento. Enquanto o aspecto favorável ao crédito é uma capacidade de endividamento das pessoas físicas, garantida pela combinação de vários fatores positivos: aumento da massa salarial, melhoria do nível de emprego, identificação com pessoas de classes econômicas mais favoráveis, tudo isso cria condições mentais e sociais que levam o indivíduo a aceitar o ônus do déficit financeiro.

São considerados inadimplentes consumidores cujas contas estão atrasadas há mais de 90 dias. De acordo com estudo feito em parceria entre a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). O consumo intenso e o não pagamento das dívidas fazem da educação um item importante e necessário, uma vez que o consumidor não compreende que sua atitude influencia a economia, inclusive as taxas de juros. Não é somente uma questão de falta de educação financeira e sim educação formal básica, conforme mostra estudo do Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2014.

Entre 2001 e 2012, o número de jovens que concluíram o Ensino Fundamental até os 16 anos de idade aumentou mais de 20 pontos percentuais. A média nacional, porém, embute diferenças regionais significativas. [...]O percentual de crianças de 3º ano que atingem o mais alto nível de proficiência no Norte é a metade do verificado no Sudeste do País. (Todos pela educação p.11)

Uma vez que 80% dos consumidores mundiais vivem em países emergentes, o que se observa é a importância em entender o surgimento de uma classe média muito numerosa nestes países, com maior acesso à renda e ao crédito, que exerce grande influência no crescimento global. O Brasil é um dos principais atores desse cenário, com quase 40 milhões de pessoas que ascenderam às classes C e B entre 2003 e 2009 (FECORMERCIO, 2012).

As consequências econômicas do endividamento das famílias, no equilíbrio orçamentário individual, é a incapacidade de cumprir os seus compromissos financeiros, especialmente de bens de consumo duradouro, via racionamento do crédito: os casos de insolvência das famílias afetam os níveis de confiança necessários ao normal funcionamento do mercado. Assim as instituições financeiras reagem excluindo do mercado de crédito não só os clientes economicamente mais desfavorecidos, mas também certos agentes que, em princípio, não teriam dificuldades em satisfazer os seus compromissos de crédito. Tanto que as famílias em risco de endividamento são mais sensíveis às expectativas desfavoráveis da evolução futura dos rendimentos logo, consomem menos. O efeito da diminuição no consumo faz-se sentir diretamente no abrandamento do crescimento do PIB (FECORMERCIO, 2012).

Em conformidade com Fortuna (2013), os conceitos básicos de concessão de crédito que podem ser empréstimos quando não há uma finalidade específica para utilização dos recursos, ou financiamento onde já está especificado a utilização do recurso, operações estruturadas com garantia. Surgem assim: Hot Money, Contas Garantidas, Cheque Especial, Crédito Rotativo, Crédito Automático por Cheque, Desconto de Títulos, Crédito Garantida por Recebíveis, Financiamento de Tributos e Tarifas Públicas, Empréstimo para Capital de Giro, Contrato Mútuo, Empréstimo consignado, *Vendor Finance*, *Comprar*, Financiamento de Cadeias Produtivas, Empréstimos através da Lei nº4.131, Crédito Direto ao Consumidor (CDC), CDC com Interveniente, Crédito Diretíssimo (CD), Financiamento com Garantia de Imóveis, Aluguel de *Export Note* Operação de Penhor, Microcrédito, Assunção de Dívida,

Crédito Mercantil, Warrant e Certificado de Depósito, Cessão de Créditos, Crédito Imobiliário, Crédito Rural, *Leasing*.

2.3 CONTEÚDO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA GRADE CURRICULAR DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Analisou-se as disciplinas integrantes da matriz curricular do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará (UFC), em vigor desde 2007. Assim mensurar o conhecimento adquirido em Finanças Pessoais, Educação Financeira e a utilização desses conceitos na vida dos alunos que cursam o oitavo semestre da graduação.

O Curso de Graduação em Ciências Contábeis da FEAAC/UFC foi criado pelo Decreto nº. 26.142, de 04 de janeiro de 1949, e reconhecido através do provimento nº. 13, do Conselho Federal de Educação. Ao longo de sua trajetória sofreu várias reformulações curriculares, sempre visando melhorar a qualidade do ensino para formação do profissional de contabilidade, adequada às exigências do mercado de trabalho.

O Brasil através da assinatura do decreto Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), em dezembro de 2010, segue uma tendência de ampliar este conhecimento na vida população. Segundo o projeto pedagógico, a Resolução da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES) 10, de 16 de dezembro de 2004, estabelece o perfil do futuro formado profissional, componentes curriculares, entre outros aspectos.

O artigo 3º da norma em referência assevera que o curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a:

“I – compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organizações;

II – apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;

III – revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais como o advento da tecnologia da informação.”

Em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacional o curso deverá contemplar [...]conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade [...], observado o perfil definido para o formando. O conteúdo curricular do curso foi organizado em três campos de atuação: formação básica, profissional e teórico-prática, segundo a Resolução CNE/CES 10, de 16 dezembro de 2004.

Quanto esta classificação [...]conteúdo de formação básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento e [...]conteúdo de formação profissional: estudos específicos atinentes às teorias da contabilidade, nestas duas classificações são onde concentram-se maior parte do conhecimento que será utilizado, abordado nas cadeias do conteúdo de formação teórico prática, em conformidade também com a Resolução CNE/CES 10, de 16 dezembro de 2004.

Assim a grade curricular que entrou em vigor em 2007 busca acompanhar uma sólida base conceitual em contabilidade e controladoria, busca-se a inserção do aluno em conhecimentos de outras áreas consideradas essenciais ao bom desempenho profissional, tais como administração, economia, direito e métodos quantitativos.

Algumas disciplinas qualificadas como obrigatórias já apresentam em sua emenda e ou objetivos a normatização de conteúdos ligados mesmo que indiretamente ao tema de Educação Financeira.

Quadro 1: Comparativo entre a Disciplina e o Conteúdo da Ementa que trata sobre o tema.

Disciplina	Ementa (conteúdo)
Administração financeira	Gestão financeira; análise de investimentos; fluxo de caixa; capital de giro.
Análise das demonstrações contábeis	Inventários, apuração do custo das vendas, provisões exigíveis e diferimentos; efeitos inflacionários; estudo da liquidez, endividamento e rentabilidade.
Análise de custos	Conceitos básicos de custos: receitas, custos e lucros; variabilidade dos custos; controle de custos; sistemas de custeamento.
Análise econômica	Medidas da atividade econômica; consumo, investimento, equilíbrio; demanda; moeda, bancos, juros e preços, crescimento, inflação.
Contabilidade básica, intermediária e avançada	Patrimônio; regimes de caixa e de competência; plano de contas, escrituração; operações fundamentais; demonstrações contábeis.
Matemática financeira	Juros e descontos simples; juros compostos; equivalência de capital; amortização; correção monetária; taxas de juros; custo de capital; taxa interna de retorno.
Orçamento empresarial	Objetivos do orçamento e seu impacto sobre o comportamento humano; utilização do sistema de informação contábil; projeção de resultados periódicos, de fluxo de caixa e de fundos; análise de rentabilidade
Teoria da contabilidade	Características qualitativas da informação contábil; princípios contábeis; ativo e passivo: natureza e mensuração; patrimônio líquido, receitas, ganhos, despesas e perdas, evidenciação.

Fonte: Elaborado pelo autor

O profissional contador pode e deve apresentar sua contribuição para despertar o interesse da sociedade em alternativas viáveis de combate ao endividamento, como forma de transformação e valorização dos cidadãos em consumidores conscientes. Aprender a controlar as finanças eleva a autoestima de um indivíduo, melhora seu potencial de trabalho, e o transforma em um agente atuante no mercado consumidor que buscará o consumo responsável (INSTITUTO AKATU, 2006).

3 METODOLOGIA

O conceito de método vem do grego *methodos* que significa caminho ou via e segundo o dicionário Aurélio: refere-se a processo racional para chegar a um determinado fim, ao conhecimento ou demonstração da verdade.

Para a execução do objetivo do estudo, observa-se tratar de uma pesquisa de método dedutivo, uma vez que, segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 88), “método dedutivo – é aquele que, partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares”. É um conhecimento que se obtém de forma inevitável e em contraposição. O método dedutivo parte do geral para o particular, do conhecimento universal para o conhecimento particular”.

Utilizou-se para este trabalho um estudo de caso, com abordagem, quantitativo, de natureza descritiva e com caráter exploratório.

O objetivo da pesquisa abrangeu os alunos do oitavo semestre diurno, da Universidade Federal do Ceará que fazem o curso de Ciências Contábeis. Para isso foi aplicado um questionário composto de perguntas fechadas e abertas com 11 questões entregues pessoalmente para cada um dos 56 alunos do oitavo semestre, onde retornou 40 questionários respondido.

As perguntas foram elaboradas buscando informações sobre o perfil do público pesquisado: idade, sexo, estado civil. Aprofundou-se com perguntas sobre a administração de sua vida financeira, desde conhecimento sobre produtos até o planejamento e controle de gastos. Finalizando com a percepção desses alunos em relação ao seu grau de endividamento, e formas que costuma efetuar seus pagamentos. Os dados foram coletados e tabulados afim de buscar uma correlação sobre o conhecimento que possuem sobre Educação Financeira e a real aplicabilidade desse conhecimento na vida dos alunos, foco do estudo.

Essa pesquisa abrange tópicos de educação financeira, planejamento financeiro, planejamento financeiro pessoal, investimento, inadimplência, além da análise da grade curricular. Consideramos também a pesquisa como bibliográfica, e quanto aos procedimentos técnicos, utiliza-se interrogação direta das pessoas cujo opinião se deseja conhecer.

Este também é um estudo de objetivo descritivo, dado que, Gil (2011, p. 28) descreve como: “[...]pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relação entre variáveis”.

O critério de classificação de pesquisa proposto por Gil (2011, p. 27), trata-se de uma pesquisa exploratória tendo como “principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.” já que em planejamento financeiro pessoal, com o ponto de vista que se pretende abordar, não encontra-se material suficiente para se fazer um comparativo. Já quanto aos meios, é realizada uma pesquisa bibliográfica no intuito de se obter a fundamentação teórica necessária à compreensão dos aspectos relacionados ao planejamento financeiro pessoal. Em continuidade a conceituação de Gil (2011, p. 44) em que pesquisa bibliográfica “[...]é desenvolvida a partir de livros de material já elaborado e artigos científicos”.

Neste capítulo foram expostos procedimentos metodológicos utilizados para efetivação desta pesquisa, a seguir os dados encontrados serão analisados e discutidos com base no referencial teórico apresentado.

4 ANÁLISES DOS RESULTADOS

Os dados coletados do perfil dos alunos de, em seguida será realizada uma análise envolvendo a amostra e outros aspectos importantes da pesquisa. Os objetivos da pesquisa são, passados com percepção dos entrevistados em relação a educação financeira pessoal e gestão dos recursos com o grau de conhecimento acadêmico até o presente momento.

Em síntese este trabalho analisou como os alunos de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará (UFC), administram suas finanças pessoais. Também se verificar como o conhecimento adquirido até então, é importante para o modo como eles administram seus gastos.

4.1 PERFIL DA AMOSTRA

A Tabela 1 apresenta o resultado referente ao perfil dos entrevistados em relação à idade, sexo, estado civil e atividade remunerada. Foram considerados para análise os 40 alunos que devolveram os questionários respondidos.

Na população amostral os alunos que cursam o oitavo semestre diurno, do curso de Ciências Contábeis da (UFC). Assim, tem-se, um público jovem, apresentando respostas somente nas duas primeiras faixas etárias sugeridas na pesquisa, e uma concentração de 82,50% de alunos com até 25 anos de idade. Isso justifica-se termos um grande percentual do nosso público solteiro cerca de 92,50% dos pesquisados. Mas quanto ao sexo encontramos um

equilíbrio por termos 57,50% da população do sexo feminino e 42,50% sendo do sexo masculino.

Tabela 1 – Perfil dos entrevistados

QUESTÕES	ALTERNATIVA	AMOSTRA	%
Idade	18 A 25	33	82,50%
	26 A 35	7	17,50%
Sexo	Feminino	23	57,50%
	Masculino	17	42,50%
Estado Civil	Solteiro	37	92,50%
	Casado	3	7,50%
Atividade Remunerada	Não	5	12,50%
	Sim	35	87,50%
Tipo de Atividade Remunerada	Estágios	19	48,57%
	Outras Ocupações	21	51,43%

Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto a atividade remunerada apesar de um público jovem temos 87,50% desses exercendo algum trabalho, quer dizer, uma população de 35 pessoas, temos um equilíbrio também entre as que estão estagiando e que já exercem outras atividades remuneradas propriamente ditas. Com 48,57% de estagiários e 51,43% de outros trabalhadores.

Na Tabela 2 sobre organização financeira, são apresentadas os principais questionamentos da pesquisa, assim entenderemos em que nível de educação financeira encontram-se os alunos desta amostra.

Tabela 2 – Organização Financeira

QUESTÕES	ALTERNATIVA	AMOSTRA	%
Possui algum tipo de investimento?	Caderneta de poupança	29	72,50%
	Outros	3	7,50%
	Não possui	10	25,00%
Como você acompanha seu orçamento?	Planilha eletrônicas	20	50,00%
	Anotações manuais	13	32,50%
	Não faz.	7	7,50%

Fonte: Elaborado pelo autor

Segundo Tabela 2, 72,50% dos respondentes afirmam possuir caderneta de poupança, e 7,5% afirmam possuir outros tipos de investimento, o que totalizam 80% de poupadores nesta amostragem. O que é um valor muito superior comparado a última pesquisa divulgada em 02/10/2014 realizada pela Federação do Comércio do Rio de Janeiro realizada nas cinco regiões do país apontam que em julho de 2014 temos 19,3% das famílias brasileiras com algum dinheiro guardado, e isso é um recorde para esta pesquisa, desde que esta pesquisa iniciou-se a oito anos nunca tinha-se atingido este patamar. Outro dado importante é que destes poupadores brasileiros temos 85,8% investindo em caderneta de poupança. A preferência pela poupança não fica tão distante os dados da pesquisa da Fecomércio do RJ com a que aplicamos junto aos alunos da (UFC).

Apesar de o percentual de alunos que possuem algum tipo de investimento ser elevado assim como o percentual de alunos que possuem algum tipo de planejamento orçamentário como planilhas eletrônicas e ou manuais, 80% e 82,5% respectivamente, não podemos ter uma conclusão determinante. Já que cerca de 2,5% dos alunos possuem planejamento orçamentário mas, não possuem qualquer tipo de investimento. Assim um planejamento financeiro pessoal eficiente começa com a definição de quanto à pessoa arrecada

mensalmente seja através de um salário fixo, comissões, alugueis, entre outros e com o que a pessoa está gastando mensalmente. O planejamento financeiro começa com um orçamento e em seguida temos o fluxo de caixa, onde a pessoa discrimina todas as suas receitas e despesas. Cerbasi (2004, p. 61) afirma que “o primeiro passo para poupar é fazer sobrar dinheiro”.

Enquanto também buscamos entender como esses alunos fazem o acompanhamento de seu orçamento financeiro pessoal e obtivemos a resposta de que somente 7% deles não fazem nem um tipo de acompanhamento, o que consideramos um percentual baixo. Atribuímos este dado da pesquisa, por esta ter sido aplicada junto a alunos universitários do oitavo semestre, pois já receberam conhecimento de Educação Financeira junto com sua qualificação profissional. Para Cerbasi (2004) um planejamento não são necessárias ferramentas sofisticadas, sendo o motivo principal do fracasso e abandono a tendência das pessoas de colocarem sua vida pessoal em segundo plano, em razão da exigência profissional.

Em relação ao conteúdo acadêmico adquirido até o oitavo semestre do curso de Ciências Contábeis verificamos que, a ementa as disciplinas obrigatórias são no mínimo dez, possui como conteúdo assuntos ligados ao tema de Educação Financeira, Finanças, Finanças Pessoais, Orçamento, Planejamento. Como Administração financeira, Análise das demonstrações contábeis, Análise de custos, Análise econômica, Contabilidade básica, intermediária e avançada, Matemática financeira, Orçamento empresarial, Teoria da contabilidade.

Elaborar um planejamento financeiro é montar um orçamento para que não escape valor algum gasto e, conseqüentemente, um planejamento, a fim de minimizar as despesas ao máximo e poupar para o futuro. Conforme Martins (2004) pode ser definido como o ato de estimar a renda familiar, definir metas e resultados e fixar as despesas.

Tabela 3 – Perfil de endividamento dos alunos de ciências contábeis da UFC

QUESTÕES	ALTERNATIVA	AMOSTRA	%
Percepção sobre o seu grau de endividamento.	Muito endividado	9	22,50%
	Mais ou menos endividado	9	22,50%
	Pouco endividado	12	30,00%
	Não possui dívida	10	25,00%
Tipos de dívidas que possui.	Cartão de crédito	26	65,00%
	Cheque especial	4	10,00%
	Crédito consignado	1	2,50%
	Crédito Pessoal	2	5,00%
	Financiamento de carro	8	20,00%
	Financiamento de casa	4	10,00%
	Outras dívidas	11	27,50%
	Não possui	6	15,00%
	Adiantado	12	30,00%
Normalmente, como paga suas prestações/obrigações?	Em dia	27	67,50%
	Atrasado	1	2,50%
Atualmente, possui prestações/ obrigações em atraso?	Sim	10	30,00%
	Não	30	70,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Segundo Alves (2007), “Partindo do pressuposto que o brasileiro não tem educação financeira, acredita-se que ele enfrenta dificuldades em administrar o orçamento familiar e individual, ainda que tenha melhores salários e mais acesso à educação básica”. Também de acordo com Alves (2007), o problema das pessoas surge na falta de educação financeira e na

falta de planejamento. Outro problema que contribui para o aumento das dívidas é a busca pelo status e pela satisfação pessoal, que leva os consumidores a consumir sem planejar e aumentar seu endividamento.

Na Tabela 3, um equilíbrio quando a resposta sobre a percepção individual do seu grau de endividamento, para a pesquisa em questão, consideramos um grau de endividamento normal um comprometimento de até 30% da renda de cada indivíduo. Segundo a Fecomercio de São Paulo, o comprometimento médio da renda com dívidas se manter aos 30%, patamar considerado saudável. Diferente, da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic Nacional) das famílias brasileiras até dezembro de 2013, onde apresentou que as que se consideram muito endividadas correspondem a 11,6%, as que se consideram mais ou menos endividadas correspondem a 24,6%, as que se consideram pouco endividadas correspondem a 26%, e as que não tem dívidas correspondem a 37,4%. Esta diferença entre as famílias que se consideram muito endividados e entre os alunos, pode ser deduzida pela facilidade de crédito que cada vez mais os jovens possuem, pois estamos com uma amostra de maioria até 25 anos com sua renda em formação, e escolaridade superior incompleto.

Enquanto ao tipo de dívidas que os mesmo possuem, a concentração foi no cartão de crédito isso também encontramos na Peic Nacional, mas enquanto a nossa amostra apresenta um índice de 65% do alunos, nas famílias brasileiras em geral este índice é de 75,2%. Mas como estes jovens estão ainda formando seus patrimônios, justifica-se esta diferença, com uma maior concentração das dívidas desses alunos em financiamento de carro 20%, financiamento de casa 10%, e outras dívidas 27,5%. Enquanto na pesquisa realizada com as famílias brasileiras, até 2013, apresentou para estes tipos de dívidas respectivamente 12,2%, 6,1% e 27,5%.

Desde 2010 quando iniciou-se as pesquisas do perfil de endividamento das famílias brasileiras, o índice de famílias endividadas tem aumentando, isso deve-se provavelmente ao aumento do crédito à pessoa física, apesar do tipo de dívida hoje está sendo considerado mais qualificado, quer dizer aumenta-se as dívidas de longo prazo, de bens duráveis. Dívidas como financiamento de veículo, imóvel e crédito consignado tiveram aumento como também o cartão de crédito, mas este último em virtude uma tendência de popularização. Estas características também foram observadas em nossa amostra.

A mudança do perfil das dívidas ajuda a explicar a manutenção dos indicadores de inadimplência em patamares baixos em 2013, mesmo com um patamar maior de endividamento, segundo afirma o Peic Nacional de dezembro de 2013. Por isso os demais indicadores tanto da pesquisa como de nossa amostra apresentam pouca diferença, por exemplo, quando analisamos o percentual das famílias com atrasos os indicadores ficam em 33,4% para as que possuem atrasos e 66,2% as que não possuem. A amostra apresentada na Tabela 3, temos uma amostra com 70% para os alunos que não possuem atrasos e 30% para os que possuem. Quer dizer que somente 30% do alunos pesquisados apresentam algum tipo de atraso, estão inadimplentes.

Segundo Peic Nacional de 2013, com o aumento da importância do crédito na economia brasileira, sobretudo o crédito ao consumidor, o acompanhamento desses indicadores é fundamental para analisar a capacidade de endividamento e de consumo futuro deste, levando em conta o comprometimento de sua renda com dívidas e sua percepção em relação à sua capacidade de pagamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar essa pesquisa, a intenção era saber, se os alunos de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará (UFC) utilizam os conceitos de planejamento financeiro e

organização empresarial, adquirido em seu curso acadêmico, em suas Finanças Pessoais. Tanto que decidimos aplicar a pesquisa com os alunos do oitavo semestre, por já terem cursado a maioria das disciplinas obrigatórias da sua grade curricular, assim o seu conteúdo teórico já teria sido considerado suficiente para discussão de Educação Financeira, orçamento e finanças. Questionamento este que foi respondido de forma satisfatória, tendo em vista que foi possível finalizar a pesquisa sem mais dificuldades.

Então concluir, que os alunos, pesquisado utilizam os conceitos de planejamento financeiro e organização empresarial em suas finanças pessoais. Assim demonstra, a importância das disciplinas acadêmicas que abordam, direta ou indiretamente, de alguma forma os temas ligados a Finanças, Educação Financeira, Orçamento e Planejamento. Analisando a Grade Curricular do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará (UFC), verifica-se que mesmo não existindo uma disciplina de Educação Financeira temos praticamente dois semestres e meio onde estes temas são abordados direta ou indiretamente, são pelo menos dez disciplinas.

Pois o profissional de Ciências Contábeis como é definido pela própria instituição “cuida da saúde financeira, econômica, tributária e patrimonial de uma empresa ou instituição. É ele quem gerencia as contas, analisa o desempenho financeiro, produz relatórios e sugere orientações que visam auxiliar empresários nas tomadas de decisão. Tudo isso para assegurar o bom funcionamento organizacional.”

Os principais dados que levou-nos a esta conclusão foi a diferença no percentual desta pesquisa comparativamente a pesquisa oficial aplicada junto as famílias brasileiras pelo Serasa. Temos índices incrivelmente mais altos de alunos que fazem orçamento, planejamento familiar com isso quase 4 vezes mais alunos hoje possuem algum tipo de investimento em relação as famílias brasileiras de um modo geral. São em sua maioria jovens de até 25 anos, que vivem com a estabilidade da moeda a pelo menos 20 anos, isso amplia e facilita a Educação Financeira que este público recebe e recebeu. Mesmo apresentando os índices de endividamento próximos aos da pesquisa em relação as famílias brasileiras, analisamos o perfil dessas dívidas e verificamos que o seu endividamento apresenta um perfil maior de investimento, na construção do seu patrimônio pessoal como: casa, carro, caracterizando atitudes de mais longo prazo.

É necessário implantar programas e ações de educação financeira nas escolas, nas empresas e, até mesmo, nos bancos, para que o consumidor esteja atento aos seus gastos, consiga planejar melhor suas compras e viva em condições econômicas equilibradas. Estudos anteriores pesquisados mostram que a inserção de programas de financeira desperta no indivíduo a aptidão de poupar e organizar suas finanças. Desta forma, o estudo torna-se relevante por afetarem o crescimento e desenvolvimento social e econômico do país, já que uma nova classe ascende e se torna, cada vez mais, a força motriz do mercado nacional.

A educação é fator chave para o desenvolvimento dos brasileiros, bem como da economia. Tanto que a resultado da pesquisa é extremamente importante visto que o público de estudantes acadêmicos e os mesmos não possuem nem uma disciplina diretamente ligadas Educação Financeira, e mesmo assim conseguem aplicar estes conceitos para sua vida.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. **Qualidade na educação fundamental pública nas capitais brasileiras**. 2007. 243p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- BRASIL. **Medida Provisória nº 567**, de 3 de maio de 2012. Altera o art. 12 da Lei nº 8.177, de 1 de março de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 mai. 2012.

- BODIE, Zvi e MERTON, Robert C; trad. James Sunderland Cook. **Finanças**. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- CERBASI, Gustavo. **Casais Inteligentes enriquecem juntos**. São Paulo: Gente, 2004.
- Econômica. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 11 de out. 2014.
- ENGEL, J. F; BLACKWELL, R. E.; MINARDI, P. W. **Comportamento do Consumidor**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- FACHIN, Odília, **Fundamentos de Metodologia**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2008
- Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Paraná (Fecomercio/PR), **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)**, <<http://www.fecomercio.com.br/wp-content/uploads/2014/02/peic-marco-pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2014.
- Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio/SP), **Número de Famílias Endividadas**, <<http://www.fecomercio.com.br/NoticiaArtigo/Artigo/11534>>. Acesso em 21 nov. 2014.
- FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro**. 19.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2013.
- HALFELD, Mauro **Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2008.
- HILL, N. **Quem pensa enriquece**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2009.
- GIL, Antônio Carlos, **Método e Técnica de Pesquisa Social**. 6. ed. São Pulo. Atlas, 2011
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira – Essencial**. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- GUERRA, L. **Contabilidade Descomplicada**. São Paulo: 2ª Ed. 2010, Saraiva, 2010.
- HENDRIKSEN, E. S.; BRENDA, M. F. V. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999.
- IBGE. 2012. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 de out. 2014.
- INSTITUTO AKATU. **O Consumo Consciente do Dinheiro e do Crédito-** Caderno Temático. São Paulo: Instituto Akatu, 2006.
- KANITZ, S. C.; IUDÍCIBUS, S. D.; ELISEU MARTINS, A. **Contabilidade Introdutória - Livro Texto - 11ª Ed**. São Paulo: Atlas, 2010.
- LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial literacy and retirement preparedness: evidence and implications for Financial Education Programs. Pension Research Council Working Paper. Jan. 2007.
- MARCONI, Maria de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª. edição. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARTINS, J. P. **Educação Financeiro** ao alcance de todos. São Paulo: Fundamentos, 2004.
- MULLER, K. O. **Sociedade de consumo e cultura do endividamento**: estudo de caso sobre consumidores compulsivos em Porto Alegre, RS. 2010. 48 p. TCC. Curso de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.
- NERI, M. C. (Coord.). **Os emergentes dos emergentes**: Reflexões globais e ações locais para a nova classe média brasileira. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2011

WORLD BANK. 2012. **No Brasil, uma classe média emergente decola**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/news/feature/2012/11/13/middle-class-in-Brazil-Latin-America-report>>. Acesso em: 19 de maio de 2014.

OCDE (**Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico**), Pesquisa PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) de 2012, Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/educacao-financeira-desafia-escolas-aponta-ocde>>. Acesso em: 23 de set. 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSS, Stephen A; WESTERFIELD, Randolph W;e JAFFE, Jeffrey F. **Administração Financeira**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013

SÁ, A. L. D. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1998.

SALMI, A.; SCOTTE-KENNEL, J. **Just another BRIC in the wall?** The rise of the BRICs and education tomorrow's global managers, v. 12, n. 3, 2012.

SANTOS, E. O. **Administração financeira da pequena e média empresa**: manual do investidor do Instituto de Estudos Financeiros (IEF). 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, E. D. **Gestão em finanças pessoais**: uma metodologia para se adquirir educação e saúde financeira. Rio de Janeiro: Quatymark, 2004

SILVA, José Pereira da Silva. **Gestão e Análise de Risco**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SAVOIA, J.R.F.; SAITO, A. T.; PETRONI, L. M. **A educação financeira no Brasil** sob a ótica da (OCDE). In: Seminário em Administração, 9. 2006, São Paulo. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/45.pdf>.

Acesso em: 24 de set. de 2014.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. 2014. **Educação no Brasil**. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/>>. Acesso em: 02 de set. 2014.

UFC (**Universidade Federal do Ceará**) Disponível em: <<http://www.ufc.br/ensino/guia-de-profissoes/580-ciencias-contabeis>>. Acesso em: 14 de nov. 2014.

ZADNOWCZ, Jose Eduardo. **Fluxo de Caixa**. 10 ed. Porto Alegre: Sagra Luzato, 2004.